

Sertão colonial: fronteira cultural entre a civilização e o primitivo

Autor: Paulo Henrique Marques de Q. Guedes*

Do ponto de vista teórico, devemos dizer que a tese de Sérgio Buarque de Holanda, em relação ao sertão e sua conquista colonial, foi uma das que melhor amparou este e outros trabalhos que abordaram esta temática. Neste sentido, Robert Wegner (2000) mostra como a “tese de fronteira”, criada pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, no final do século XIX, influenciou decisivamente os estudos de Sérgio Buarque a respeito da conquista do sertão na América portuguesa.

Para Turner, enquanto a idéia de fronteira na Europa, por exemplo, tinha uma conotação política, ou seja, era o limite territorial entre Estados Nacionais, no contexto dos Estados Unidos do século XIX, a fronteira representava, por outro lado, o ponto de encontro entre a civilização e o primitivo. Ainda segundo o autor, o núcleo da tese de Turner acerca da idéia de fronteira residia na “adaptação do europeu ao nativo” (2000: 94), ou seja:

A partir da adaptação a padrões primitivos, o pioneiro desenvolve novas técnicas de trabalho, valores e padrões de sociabilidade, inclusive recuperando sua bagagem cultural – num primeiro momento abandonada – formando uma nação compósita e tornando-se tipicamente americano. Em outras palavras, na fronteira o pioneiro volta a estágios primitivos e, num processo contínuo, torna a evoluir rumo à civilização, apontando para uma nova nação. (WEGNER, 2000: 99).

Cabe destacar que a perspectiva evolucionista presente na citação era algo próprio da época em que Turner formulou suas teorias, tão bem sintetizadas nesta passagem por Wegner. No entanto, importa perceber que o tema da adaptação do colonizador à realidade nativa (ecológica e social) do Brasil figurou com destaque nos estudos de Sérgio Buarque servindo de instrumento metodológico para trabalhos futuros sobre contatos entre culturas no Brasil colonial¹.

No estudo citado, como dissemos, Wegner procura demonstrar a influência do pensamento de Turner sobre boa parte da obra de Sérgio Buarque. Assim, os contatos de

*Graduado em História e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é Professor Assistente Substituto de História da América do DH-UFPB.

¹ Wegner destaca ainda, em relação à “tese de fronteira” de Turner, as idéias deste autor a respeito da fronteira como “válvula de segurança” das áreas mais densamente povoadas.

Sérgio Buarque com a historiografia estadunidense fez com que este minimizasse, em seus trabalhos, a influência ibérica na conquista do sertão ao passo que procurou demonstrar por outro lado, que houve um processo de “americanização” por parte dos colonizadores, fruto dos contatos destes com os nativos e sua realidade ecológica. Neste sentido, “ao se referir a Turner, Sérgio Buarque aponta para a possibilidade de se aplicar uma explicação situacional na interpretação da história brasileira, uma chave que ressalta a americanização no sentido continental.”(2000: 90). Por fim, destacando a influência indígena sobre a colonização do sertão, Sérgio Buarque deu um importante passo no sentido de resgatar a importância dos índios neste processo.

Ainda em relação a questões de ordem teórica, devemos dizer que este trabalho insere-se na “órbita” dos estudos sobre formação social e territorial, pois todo processo de colonização tem em sua lógica a expansão territorial de um determinado grupo humano. Assim sendo, a colonização pressupõe domínio territorial sendo suas razões fruto de interesses materiais e simbólicos. Para que a colonização ocorresse, foi necessário uma intervenção humana além, de uma nova ordenação do espaço conquistado, relações portanto, íntimas entre sociedade e espaço. Daí a necessidade a qual nos reportamos acima de articular geografia e história para enriquecer a compreensão da colonização do sertão da Paraíba e da sociedade sertaneja que se molda a partir de então.

Espaço, região e sertão:

As abordagens culturais recentes da geografia redimensionaram o olhar sobre algumas categorias e conceitos próprios do conhecimento geográfico. Neste sentido, sobre os conceitos de espaço e de região é lançado um “olhar interno” na medida em que estes não são mais vistos como algo natural, objetivo ou dado “*a priori*”, como era comum na geografia cultural clássica, mas como algo construído pela história e pela cultura.

Partindo do pressuposto de que a cultura define ou redefine o espaço, Paul Claval (2002) o considera como uma realidade tríplice, ao mesmo tempo social, funcional e simbólica². Assim, para a geografia cultural, o moderno conceito de espaço humanizado é reflexo de escolhas, necessidades e meios de diferentes culturas, sendo esta perspectiva, igualmente direcionada sobre o conceito de região.

² Esta visão muito se aproxima da idéia de “espaço heterotópico” de M. Foucault, bem como do conceito de “Região-Plano” de Lefebvre, para quem o espaço também se constitui como uma realidade tríplice, sendo a um só tempo material, social e mental, ambas as visões são citadas por Claval (2002).

O espaço humanizado que abordamos neste trabalho é o sertão, ou melhor, o que se entendia por sertão no contexto da conquista e colonização da Capitania Real da Paraíba. Torna-se importante destacar desde já que, nas representações simbólicas sobre o território colonial, o sertão aparecia, quase sempre, como a oposição do litoral colonizado, ganhando ainda outras conotações conforme destacaremos adiante.

No entender de Gilmar Arruda (2000), a idéia de sertão serviu, no período colonial brasileiro, como parâmetro para representar espaços simbólicos dicotômicos. Desta maneira, a idéia de sertão era uma forma de nomear o desconhecido, sendo considerado como um lugar inóspito e desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. Ou seja, o litoral ocupado pela colonização seria o *locus* da civilização, enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas e colonizadas seriam representadas pela idéia de sertão. Neste sentido, no momento da interiorização da conquista na Capitania Real da Paraíba, o sertão representava também, toda uma área ainda não ocupada pela colonização que equivalia no século XVII às mesorregiões que se conhece hoje como Cariri, Seridó, Brejo e Curimataú, além, da própria mesorregião denominada Sertão.

A antropóloga Cristina Pompa (2003) acredita que, na medida em que a colonização avançou sertão adentro, as narrativas dos cronistas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico. “Assim, como os ‘Tapuia’ que o habitam, o sertão é móvel e feroz constituindo um desafio à colônia.” (2003: 199). A colonização do sertão, desta maneira, fez com que este, enquanto “lugar físico”, passasse do plano do “vazio e desconhecido” para um espaço “concreto e compreensível.”³

Ainda segundo Pompa, os relatos dos missionários são fontes históricas importantes:

Para perceber a construção da noção de sertão como o lugar de impunidade e heresia, uma espécie de *refugium peccatorum* assim como o era a serra de Ibiapaba, na descrição de Vieira; espaço sem lei, exatamente como os índios, antes da catequese. Os padres, assim, tornam-se junto com seus índios, os defensores da ordem contra o caos, desta vez provocado pelos curraleiros. (2003: 275)

³ Conforme o sertão foi sendo conhecido e colonizado logo se percebeu as diferenças deste meio ecológico em relação ao litoral. Conforme veremos adiante, nos relatos do período eram comuns referências à rusticidade do sertão que oferecia recursos naturais mais parcos comparado ao meio ecológico da Mata Atlântica.

Esta é, com efeito, uma conotação que perdurou por muito tempo em relação ao sertão, ou seja, a “terra sem lei” erguida sob os auspícios do coronelismo, do cangaço e da virilidade pautada na violência em defesa da honra.

Vemos assim pelo que foi dito até agora que o sertão colonial pode ser melhor compreendido como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável. O sertão, desta forma, estava carregado de uma valoração simbólica construída culturalmente naquele contexto e que foi mudando de conteúdo conforme a colonização avançava e este espaço transformava-se em território, ou seja, na medida em que as relações de poder estabeleciam-se sobre as bases físicas. Foi desta maneira que o sertão se constituiu numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo.

Grupos étnicos e sociais associados ao sertão colonial:

Os cronistas do período colonial atestam uma íntima relação entre a humanidade “Tapuia” e o sertão entendido naquele contexto como a “morada” destes indígenas. Tomemos por exemplo o relato de Gabriel Soares de Sousa (1587; 1971), senhor de engenho português que no final do século XVI escreveu Tratado Descritivo do Brasil. Quando se referiu aos costumes dos “Tapuia” o autor não se furtou em destacar, junto com outros dados de cunho mais etnográfico, o fato destes “habitarem o sertão”. Também Elias Herckmans, terceiro governador holandês da capitania da Paraíba, além de apontar a diversidade étnica dos “Tapuia” em seu relato, os associa sempre ao interior, “ao ocidente para além da colonização.”(1639; 1982: 38). Ver-se por estes exemplos que durante o período colonial existiu em relação ao ser “Tapuia” um discurso que os identificava com um determinado espaço, o sertão, este por sua vez, esteve associado ao *locus* de índio “brabo”, de índio “bárbaro”, de índio “Tapuia”.

Ainda em relação ao sertão e seus habitantes tradicionais, os índios “Tapuia”, o que se observou, segundo Pompa (2003), foi um “lento processo de objetivação” já que ambos se constituíram como “um espaço, uma humanidade, um conceito móvel”. (2003: 227). E ainda em relação à forma como o espaço caracteriza um grupo étnico ou vice-versa (no nosso caso o sertão e os índios “Tapuia”) a autora afirma que:

A noção de tapuias constrói-se assim colada à noção de sertão, espaço do imaginário em que a conquista e a colonização vão incorporando aos poucos, em posição subalterna, ao mundo colonial. Ao passo que as aldeias de índios conquistados vão ‘descendo’ para mais perto da palavra cristã dos

missionários, os currais ou os engenhos, os ‘Tapuia’ vão se afastando, nas serras inacessíveis ou, para usar as palavras de Jabotão, ‘nas brenhas do centro dos sertões’. (2003: 229)

A relação entre sertão e índios “Tapuia” pode ser comprovada, também, através da análise dos mapas do período em questão uma vez que em muitos deles o vasto interior do Brasil não estava representado pelo termo sertão, mas sim pelo termo “Tapuia” ou mesmo “nação dos ‘Tapuias’”. Em outros casos, aparecem nos mapas representações iconográficas de índios bárbaros no interior, esses por sua vez só poderiam ser os “Tapuia” associados ao espaço-sertão e enxergados muitas vezes pelos colonizadores como uma humanidade irreduzível⁴.

Além do ser “Tapuia”, o sertão do período colonial esteve, no imaginário dos homens da época, fortemente associado a grupos sociais e étnicos específicos, notadamente os escravos negros fugidos que formavam quilombos, os paulistas que atuavam nas chamadas bandeiras e entradas e os criminosos que recorriam a este espaço para escapar das “teias” da institucionalidade.

Assim, conforme a colonização consolidava-se, o sertão transformava-se em espaço de fuga e liberdade para onde afluíam estes grupos sociais, bem como índios do litoral que procuravam se afastar dos domínios da colonização. Dito de outra forma, na medida em que a colonização do sertão avançava (no decorrer do século XVIII), a idéia de “terra sem lei”, ou seja, espaço onde as “teias judiciais” do Estado têm pouca ou nenhuma ressonância, não apenas permanece como cristaliza-se cada vez mais.

Desta imagem do sertão como *locus* da liberdade emerge a associação, com os escravos negros fugitivos, provenientes das zonas açucareiras que formaram comunidades neste espaço⁵. Assim, nos discursos coloniais sobre o sertão e seus habitantes, consolidou-se uma relação entre esse espaço e os negros que se estabeleciam em quilombos ou mocambos.

Os paulistas provinham de uma área colonial, a vila de São Paulo de Piratininga, na capitania de São Vicente, que estava à margem do sistema transatlântico de comércio⁶. A vila

⁴ Quando nos mapas aparecem os termos “nações” ou “reinos” para denominar os grupos indígenas do sertão, (conforme os exemplos abaixo) significa reconhecer neles uma certa organização não apenas social, mas sobretudo do espaço, estando dessa maneira esta imagem muito longe daquela que entendia o sertão como espaço caótico e da incivilidade.

⁵ Vale destacar que o termo “liberdade” aqui não comporta nenhuma valoração positiva, pelo contrário ela é algo a ser combatida no quadro das relações sociais e simbólicas da América portuguesa.

⁶ O termo “paulistas” é próprio do período colonial brasileiro. Já o termo bandeirantes foi forjado pela historiografia nacional em formação no século XIX. Com o passar do tempo, este termo se corporificou na produção intelectual ao longo do século XX e se constitui hoje como aquele que de modo mais difundido designa os homens que participaram das expedições que adentravam o sertão.

em questão por outro lado, se especializou principalmente na produção de gêneros agrícolas destinados a outras capitanias do sul. Já a força de trabalho empregada majoritariamente nesta produção era escrava indígena. Para a aquisição destes escravos, os paulistas montaram um complexo aparato militar de preação formado basicamente de expedições que adentravam o sertão com o objetivo de capturar estes índios:

Os Paulistas saem de sua terra, e deitam várias tropas por todo o Sertão, e nenhum outro intento levam mais, que captivarem o gentio de língua geral, que são os que estão já domesticados (...) Com que estes homens são uns ladrões destes Sertões, e é impossível o remédio de os castigar, porque se os colheram mereciam fazer-se nelles uma tal demonstração que ficasse por exemplo para se não atreverem a fazer os desmanchos que fazem. (CARTA do Governador de Pernambuco sobre os paulistas que com pretexto de andarem aos Tapuyas de curso, captivam os de língua geral, 19 de julho de 1693. DH, vol. 34, p.86)

Apesar dessa prática não se restringir apenas aos paulistas, estes se notabilizaram nos séculos XVI e XVII na realização desse tipo de atividade, que exigia, por um lado, um alto grau de belicosidade e, por outro lado, uma grande capacidade de suportar as longas marchas caminhando, bem como as asperezas do sertão:

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizaram-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão (...) Essas ‘bandeiras’ paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, nos cerrados ou caatingas (...) neste processo, o indígena, seus costumes e técnicas tornaram-se seus aliados preciosos. (PUNTONI, 2002: 196)

Para combater os índios rebelados nas guerras de conquista do sertão, as autoridades régias não só requisitaram os serviços dos paulistas, conforme se verá com mais detalhes no quarto capítulo, como também, chegou-se a institucionalizar alguns terços paulistas, como foi o caso do liderado por Manoel Álvares de Moraes Navarro na capitania do Rio Grande⁷. À

⁷ Os conflitos armados envolvendo índios e colonizadores na conquista do sertão são genericamente conhecidos nos estudos do tema como “Guerra dos Bárbaros” ou “Confederação dos Cariris”, assunto que discutiremos adiante.

época, os paulistas eram vistos como homens capazes de suportar as asperezas do sertão, bem como fazer frente, pela experiência que tinham adquirido, aos “índios bravos” da região. Vale destacar, contudo, que os terços paulistas eram formados em sua maioria por índios recrutados junto às vilas do litoral ou mesmo no sertão⁸.

Enfim, seja na busca de metais preciosos, na preação de índios destinados ao trabalho escravo ou ainda no combate aos índios do sertão ou quilombolas, os paulistas se notabilizaram por sua íntima relação com o sertão, por serem indômitos a ponto de suportarem as asperezas deste “agreste lugar”.

Como dissemos acima, o sertão colonial era entendido como um espaço onde a justiça régia raramente se fazia presente. Neste sentido, segundo Silva (2003), a pouca ação do Estado sobre a sociedade sertaneja em formação permitiu “aos sesmeiros assumirem o poder civil, muitas vezes através da violência” (2003: 298). Ainda neste sentido, a autora afirma que:

Na insuficiência de mediadores estatais, rixas e problemas devem ser resolvidos pela própria população, criando uma cultura onde a vingança se torna instrumento de justiça, e a defesa da honra se exagera, caracterizando-se como uma idéia central na cultura sertaneja, distinta do litoral açucareiro. (2003: 298)

Ao que parece, a medida em que os inimigos internos da colonização do sertão, ou seja, os índios “Tapuia” e negros aquilombados, tornavam-se menos perigosos, um outro grupo social ganhava destaque dentro da idéia do sertão como *lócus* da fuga e liberdade, trata-se dos criminosos. Foi então neste sentido, que o padre franciscano Domingos Loreto Couto afirmou, em meados do século XVIII que:

Livres os moradores destes certões das hostilidades, que experimentavão no furor dos Índios, se vião combatidos de grande chusma de gente atrevida, e dissoluta, que procurando naquellas terras huã vida livre, e licenciosa, cometião roubos, homicídios, e outros enormes peccados, porque não havia Tribunal, onde pedissem satisfação dos agravos, nem Justiça que castigasse os seus insultos. O comercio era a medida de suas vontades, e dividas só as paga quem queria, e muitas vezes o pagamento era huã balla, porque matar e ferir mais que culpa era bizzarria (COUTO, Domingos Loreto. Desagravos

⁸ Tratava-se do recurso dos chamados “frecheiros” indígenas conforme demonstrou o historiador John Monteiro (1994) em seu livro **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**.

do Brasil e Glórias de Pernambuco. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife. 1981, apud SILVA, 2003: 213)

Essas palavras de Loreto Couto são bastante ilustrativas na medida em que denota a pouca força das autoridades estatais sobre as áreas sertanejas de expansão da colonização, bem como a livre atuação dos criminosos neste espaço. Num documento do Arquivo Histórico Ultramarino, consta que o tenente da Companhia de Cavalos da capitania da Paraíba, Manoel Frasão de Figueiroa:

Em 685 andando na ditta capitania sette ladrões de estradas, mattadores por dinheiro que tinhão intimidado a todos aquelles moradores ser mandado aprendelos por ser pessoa que com todo o segredo e zello faria esta dilligencia em que gastou vinte dias seguindo-os pello certão, e alcançando-os no Rio de Una. (AHU, 1697, janeiro, 10, Lisboa)

Chegando ao final deste percurso sobre o conjunto de imagens e representações do sertão colonial, percebe-se, de modo geral, que a definição sintética deste espaço apenas como sinônimo de interior, em oposição ao litoral, está muito longe de atingir a complexidade e heterogeneidade de conotações criadas no período colonial em relação ao sertão. Assim, entre o sertão desconhecido e idealizado do século XVI e aquele espaço “sem lei” do século XVIII, existiu uma grande diversidade de conotações que variaram em função do tempo e das conjunturas. Foram algumas destas construções simbólicas que procuramos demonstrar.

No decorrer do século XIX o sertão as imagens Vale destacar ainda, a contribuição dos índios Tupi na construção deste imaginário dos colonizadores em relação ao sertão, principalmente quando este era ainda pouco conhecido. Seja na criação dos mitos de “eldorados” ou no olhar Tupi sobre os índios do sertão, não podemos perder de vista o fato de que a cultura colonial em gestação era mestiça e a imagem barroca do sertão e seus habitantes também devia sê-lo. O sertão desta forma, era entendido como o lugar do outro que está à margem da sociedade. Neste sentido, era o *locus* de quilombolas, bandeirantes e criminosos foragidos, além de ser a morada dos índios “Tapuia”.

No decorrer do século XIX, o sertão permanece associado a idéia da “terra sem lei” na qual a violência era legitimada pela cultura da “virilidade masculina” (“defesa da honra”) e pelo fato do poder estatal não conseguir se fazer presente de forma a impor a ordem do Estado e coibir as transgressões. Pois bem, no vácuo dessa ausência de poder estatal se constituíram “territórios de mando”, nos quais se praticavam abusos sob a tutela de potentados que, ora

protegiam os criminosos, ora os puniam de acordo com a conveniência e em consonância com a tradição. Em alguns casos, porém, as relações entre poder político e crime se revelavam quando os poderosos eram os executores dos atos de transgressão. A título de exemplo, citemos para concluirmos o caso do afamado chefe bandoleiro Liberato Cavalcante de Carvalho Nóbrega, pertencente a uma poderosa família do sertão paraibano, e que, apesar de suas atividades criminosas, foi empossado vereador quando da fundação da vila de Teixeira em 1861.

Bibliografia consultada:

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

_____. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Cidade e campo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

_____. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Editora HUCITEC – Fapesp, 1996, p.p. 99-109.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, S.P.: Edusc, 2000.

BORGES, José Elias. Índios paraibanos: classificação preliminar. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1980.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de., GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.p. 89 – 118.

_____. “A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia”. In: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba (PR): Univ. Federal do Paraná, 2002, p.p. 11 – 37.

_____. **A geografia cultural**. Florianópolis: editora da UFSC, 2001.

CONTI, José Buêno, A geografia física e as relações sociedade - natureza no mundo tropical. In: CARLOS, Ana Fani A.(org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999, p.p.07-21.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1980.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Carlos. Da inimidade: forma e simbolismo da guerra indígena. In: NOVAES, Aduino (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca: a mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- _____. Revista Mana. Rio de Janeiro. Vol.10. Abril, 2004.
- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**, Tomo I. A época colonial. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1987.
- _____. **Caminhos e fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília-DF: Thesaurus Editora, 1892.
- LENCIONE, Sandra. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: SPÓSITO, Eliseu Savério. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicos na geografia contemporânea**. Revista Terra Livre, no 16, São Paulo, AGB, 1º Semestre de 2001, p.p.99-112.
- MACHADO, Maximiano Lopes Machado. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. TOMO II, 1977.
- MAGALHÃES, Basílio. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. 4ª ed. São Paulo: Cia editora Nacional, 1978.
- MAIA, Sabiniano. **Itabaiana: sua história-suas memórias (1500-1975)**. João Pessoa: A União Cia Editora, 1976.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa-PB: A União Editora, 1994.
- _____. **Através do sertão**. Imprensa Oficial Paraíba do Norte. Edição Fac-similar, 1910.
- _____. **Evolução econômica da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: A União, 1978.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **A redescoberta dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Recife: Tese de Doutorado-Programa de Pós Graduação em História da UFPE, 2000.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 4ª ed. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1997.
- _____. **A Paraíba das origens a urbanização**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB/ FUNAPE, 1983.
- MELLO E SOUZA, Laura de (org.). Formas privadas de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____ (org.). **Historia da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1977, p.p. 42-81.
- MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Campinas: Agosto, 2001.
- MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.
- _____. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.
- NANTES, Frei Martin de. Relação de uma Missão no Rio São Francisco. São Paulo: Nacional Brasileira, 1979.
- PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

- PINTO, Luis Teixeira de Meneses. **Fundamentos da história e do desenvolvimento da Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Leitura S. A, 1973.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990.
- POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2003.
- PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PUNTONI, Pedro. Tupi ou não Tupi? uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil colonial. In: RISÉRIO, Antonio. **Invenção do Brasil**. Salvador: Made, 1997, p.p.49-55.
- _____. **A Guerra dos Bárbaros. povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil**. 1650/1720. São Paulo: Hucitec:editora da universidade de São Paulo:Fapesp, 2002.
- RATTS, Alecsandro J.P. A geografia entre aldeias e quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. & RATTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p.p. 07-40.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: editora HUCITEC, 1980.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo. NOBEL, 1985.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (org). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 05-71.
- SEEMANN, Jorn. Mapeando culturas e espaços: uma revisão para a geografia cultural no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. e RATTS, Alecsandro J.P(org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p.263-271.
- SEIXAS, Wilson. A Casa da Torre e bandeirantismo na conquista do sertão. In: MELO, José Octavio de Arruda & RODRIGUEZ, Gonzaga. (org.). **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, p.p. 58-67.
- _____. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. João Pessoa: A Imprensa, 1961.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas solidões vastas e assustadoras’- os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. Tese de Doutorado em História – CFCH/UFPE, Recife: 2003.
- SILVA, Marlene Maria da. **Sertão norte: área do sistema gado-algodão**. Recife: SUDENE, 1982.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional; Editora da universidade de São Paulo, 1971.
- TAVARES, João de Lyra Tavares. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, 1982.
- VARNHAGEN, Francisco Adoufo de. **História geral do Brasil**. Tomo III. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.
- VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras,1995.
- _____. (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001, p.p.25-58.

WEGNER, Robert. A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.